

FHC quer mais verba para 1º Grau

EMENDA CONSTITUCIONAL ENVIADA AO CONGRESSO PREVÊ 15% DA RECEITA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA O ENSINO BÁSICO

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem, Dia do Professor, proposta de emenda constitucional garantindo ao ensino de primeiro grau no mínimo 15% da receita tributária dos Estados e Municípios. Desta parcela, pelo menos 60% (ou 9% da receita total) devem ser gastos com salários do magistério, medida que visa a aumentar a média salarial dos professores. Em alguns municípios do Nordeste, os professores ganham menos do que o salário mínimo. "Há municípios que pagam R\$ 30 mensais por quatro horas diárias de aula", disse Fernando Henrique.

Atualmente, os Estados e Municípios estão obrigados a destinar 25% da receita à Educação. Mas não há regras quanto à distribuição dos recursos entre os diversos níveis de ensino nem por tipo de gasto. Além de dar prioridade ao ensino fundamental, a emenda também fixa critérios que permitirão uma melhor distribuição das verbas entre os municípios de um mesmo Estado. Isto porque o percentual mínimo de 15% não será aplicado levando-se em conta cada governo estadual ou prefeitura separadamente. A aplicação do dinheiro será globalizada, no âmbito de cada Estado, de forma a garantir um nível mínimo de gasto médio por aluno.

"Nós vamos fazer com que, em média, em todo o Brasil, haja um dispêndio de R\$ 300 por estudante (no primeiro grau, incluídos salários)", prometeu Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada, ao assinar a mensagem ao Congresso contendo o projeto de emenda constitucional.

Para permitir uma distribuição equilibrada, com base no número de alunos, as prefeituras e governos estaduais vão criar em cada Estado um Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério, cuja estrutura e funcionamento ainda serão propostos em projeto de lei. Esses fundos serão constituídos por 15% das receitas. Esse esquema fará com que municípios com receita alta e poucos estudantes repassem verba para municípios em situação inversa.

As diferenças de gasto médio por aluno/ano são enormes. Conforme a mensagem assinada pelo presidente, entre os municípios de um mesmo Estado do Nordeste, o valor médio varia de R\$ 30 a R\$ 650. numa mesma cidade, enquanto as escolas municipais gastam em média R\$ 30 por estudante, as estaduais arcam com R\$ 300.

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, também presente, disse que a falta de critérios permite que algumas prefeituras cumpram o porcentual obrigatório de 25% aplicando em atividades correlatas. Com as mudanças propostas, "os tribunais de contas não poderão mais aceitar a idéia de que pavimentar rua em frente de escola é gastar com educação", exemplificou.

A iniciativa do governo federal não será surpresa para os governadores, pois a proposta vinha sendo discutida com eles havia um mês. "Esperamos que este seja um passo definitivo para mudar a educação no Brasil", disse, acrescentando que o maior problema do ensino brasileiro não é a escassez de verba, mas sim a sua má aplicação.



O presidente Fernando Henrique Cardoso: projeto para melhorar salários dos professores

José Paulo Lacerda/AE